

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA Nº 3

Aos oito dias do mês de julho do ano dois mil e quinze, pelas dezassete horas, reuniu-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça 5 de Outubro em Cascais, o conselho municipal de educação, presidido, nos termos do número um, alínea a), do artigo 5.º, do decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pelo Sr. Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse dos novos membros do Conselho Municipal de Educação;
2. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
3. Alterações ao regimento do Conselho Municipal de Educação;
4. Plano de Ação Social e Transportes Escolares;
5. Designação de um elemento do Conselho Municipal de Educação para integrar a comissão de acompanhamento no âmbito dos contratos de autonomia (Portaria nº 265/2012 de 30 de agosto).
6. Diversos

Ponto 1. O Sr. Presidente iniciou os trabalhos chamando a atenção para o valor simbólico da presente sessão do conselho municipal de educação por ser a primeira a realizar-se após a assinatura do Contrato Interadministrativo de Educação e Formação Municipal e, dando cumprimento ao artigo 5.º, do decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 72/2015, de 11 de maio, deu início ao ato de posse dos novos membros do conselho municipal de educação, procedendo à chamada dos titulares dos cargos, de acordo com a composição definida na lei e declarou-os empossados nas suas funções de conselheiros, como a seguir se discrimina: Representante do Ministério da Educação e Ciência, Maria Fátima Duarte Machado Garcia; Diretora do Agrupamento de Escolas da Alapraia, Sílvia Maria Cardigos Baptista de Morais Lemos; Diretor do Agrupamento de Escolas de Alcabideche, António Tecedeiro Gomes; Diretor do Agrupamento de Escolas de Alvide, Rogério Félix Henriques; Diretor do Agrupamento de Escolas de Carcavelos, Adelino Jorge Calado; Diretora Interina do Agrupamento de Escolas de Cascais, Nélia Cristina Rodrigues Rei; Diretor do Agrupamento de Escolas da Cidadela, José João Osório Gonçalves; Diretor do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo, - David Carlos da Rocha Sousa; Diretora do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana, Maria Teresa de Matos Lopes; Diretora do Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo, - Maria Hélia Albuquerque da Silva Rodrigues; Diretor do Agrupamento de Escolas de Parede, José da Conceição Bentes Guerreiro; Diretor do Agrupamento de Escolas de São João do Estoril, - José António dos Santos Loureiro; Diretor da Escola Salesiana de Manique; José Aníbal Mendonça.

O Sr. Presidente deu as boas vindas aos novos membros e chamou a atenção para a alteração introduzida na lei que regulamenta os conselhos municipais de educação que passaram a incluir, na sua composição, todas as senhoras e senhores diretores dos agrupamentos de escolas, o que não acontecia, na versão anterior e se ficou a dever à liderança que a Câmara Municipal de Cascais protagonizou no processo.

A pedido do próprio, o Sr. Presidente, deu a palavra ao ex-conselheiro Fernando Gonçalves Pais que agradeceu a colaboração que todos lhe deram enquanto representante da DGESTE no conselho municipal de educação desejando a continuação de um bom trabalho e manifestando a sua disponibilidade para continuar a colaborar.

O Sr. Presidente agradeceu referindo que será sempre bem-vindo.

Ponto 2. O Sr. Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata caso todos os conselheiros a tivessem recebido com antecedência e tivessem tido oportunidade de a ter lido. Obtida a concordância do conselho passou-se á votação da ata que foi aprovada por maioria com 13 abstenções dos conselheiros que tomaram posse.

Ponto 3. O Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. João Bento Vitorino para apresentar a proposta de alterações ao regimento do conselho municipal de educação.

O Dr. João Bento Vitorino referiu que a proposta, no fundamental, reflete as alterações na composição do conselho e as demais alterações legislativas, nomeadamente a constituição de uma comissão permanente com representantes da Câmara e de cada um dos agrupamentos de escolas, tendo, a Câmara Municipal de Cascais, entendido que dessa comissão deveriam fazer parte, também, representantes dos pais de acordo com o objetivo assumido no âmbito do contrato interadministrativo de educação e formação municipal. O contrato de educação e formação municipal, continuou, prevê a existência de um órgão de acompanhamento e articulação e entendeu-se que não faria sentido estar a criar mais um órgão de articulação, dado que as suas funções poderiam e deveriam ser exercidas pela comissão permanente do conselho municipal de educação. Assim, a proposta de composição da comissão permanente resulta, por um lado, da lei que alterou o conselho municipal de educação e, por outro, do órgão de acompanhamento definido no contrato de formação e educação municipal.

Pediu a palavra o conselheiro José Batalha referindo que, passando o conselho municipal a contar com 32 elementos e estando previsto que as reuniões extraordinárias só poderão ser convocadas pelo Sr. Presidente, ou por um mínimo de dois terços, serão necessários, pelo menos, 21 conselheiros municipais para haver uma reunião extraordinária. Na prática, continuou, não vai haver reuniões extraordinárias, a não ser as convocadas pelo Sr. Presidente. Do mesmo modo, relativamente às deliberações que traduzam posições do conselho com eficácia externa, tendo de ser aprovadas por maioria absoluta dos seus membros, o que significa 17 votos, atendendo à possibilidade de se verificarem faltas de conselheiros às sessões, obrigará

a que as decisões tenham de ser tomadas por unanimidade, ou quase, dos membros presentes.

O Sr. Presidente esclareceu que esta situação resulta dos esforços que foram feitos, como diversas vezes referiu, no sentido de reforçar o peso das escolas no conselho municipal de educação com a inclusão de todos os diretores de agrupamento. De facto, continuou, os senhores diretores de agrupamento têm agora um peso forte, inclusivamente na formação do quórum, independentemente de quem for a iniciativa de convocar a reunião do conselho municipal, representando a concretização do compromisso assumido. Referiu também que são conhecidas as posições da Câmara relativamente à deficiente composição e representatividade nos anteriores conselhos municipais, pelo que, também por isso, de facto, em Cascais, fomos os que liderámos este processo e nos batemos por ele. Considerou ainda que, embora não tendo tido ganho de causa, a nível nacional, não deixámos de cumprir, desde já, a nível do nosso município, a integração dos pais na comissão permanente do conselho municipal, representando o cumprimento de outro compromisso, assumido desde o início. Embora a lei não o tenha tornado vinculativo, a nível nacional, ficou em aberto e, portanto, qualquer município pode fazer exatamente o mesmo que nós estamos a fazer aqui. A finalizar, reforçou que acredita que estamos no bom caminho, dado que, como também sempre dissemos, importa estabelecer laços fortes de confiança entre os protagonistas já que estamos a fazer algo de novo e positivo, caso contrário, não teríamos avançado com o processo.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou a votação as alterações ao regimento do conselho municipal de educação tendo as mesmas sido aprovadas por maioria com uma abstenção.

Na sequência da aprovação das alterações ao regimento, o Sr. Presidente, colocou à consideração dos conselheiros a indicação dos secretários que irão coadjuvar o presidente no exercício das suas funções tendo sido aprovado, por unanimidade, a designação do Dr. João Bento Vitorino e do Dr. Manuel Galego para o exercício dessas funções.

Em seguida, o Sr. Presidente, colocou à consideração do conselho municipal a definição dos elementos que compõe a comissão permanente, tendo ficado definido que a Câmara Municipal de Cascais será representada pelo Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida e pelo Sr. Diretor do Departamento de Educação, João Bento Vitorino, ficando os pais de indicar posteriormente os seus representantes.

Pedi a palavra a conselheira Teresa Lopes para perguntar se a comissão permanente era constituída por todos os onze diretores de agrupamento.

O Sr. Presidente esclareceu que se estava a proceder a uma adaptação indo de encontro á vontade dos agrupamentos, porque, no seu entendimento, uma comissão permanente é uma comissão executiva e portanto o que era a intenção inicial era a

existência de uma paridade entre câmara e agrupamentos. Os agrupamentos, os senhores diretores de agrupamento e as senhoras diretoras, escolheriam os seus representantes para a tal comissão, isso não foi possível e portanto neste momento estão os onze, têm é direito a dois votos. Depois como é que manifestam os dois votos pela vontade dos onze já é um problema dos próprios diretores e diretoras de agrupamento.

A conselheira Teresa Lopes explicou que pretendia saber se a própria comissão permanente terá algum regimento, ainda que não seja tão formal quanto o do conselho municipal, mas se terá algumas regras de funcionamento também, ou não, e se será em sede desse regimento que se terá de clarificar a questão da votação.

O Sr. Presidente esclareceu que a comissão permanente terá de ter o seu próprio regimento mas a regra da votação já está definida no regimento do conselho municipal.

Pedi a palavra o Sr. Vereador complementando com o que se refere no nº 5, do artigo 4º, do regimento do conselho municipal de educação que define a proporção em termos de votação, dois votos para a Câmara Municipal, dois votos para os Agrupamentos de Escolas e um voto para os pais e encarregados de educação.

A conselheira Teresa Lopes referiu que o que pretendia saber era se, no âmbito da definição das regras de funcionamento da comissão permanente, poderia ficar acordado o procedimento para a obtenção dos dois votos dos diretores.

O Sr. Presidente esclareceu que a comissão terá um regimento de funcionamento mas que não se deverá sobrepor à vontade dos diretores no que respeita ao procedimento para obtenção dos dois votos, nessa matéria, os senhores diretores e as senhoras diretoras dos agrupamentos terão de se entender entre si, a Câmara, os pais ou o conselho municipal não se deverão sobrepor aos diretores na definição dessa representatividade em sede da comissão permanente.

Ponto 4. O Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. João Bento Vitorino para apresentar o Plano de Ação Social e Transportes Escolares.

O Dr. João Bento Vitorino informou que o Plano de Ação Social e Transporte Escolar a apreciar pelo conselho municipal tem, este ano, algumas alterações em relação ao que foi apresentado em 2014, desde logo porque, o do ano passado foi apresentado ao conselho municipal já em setembro quando, o que se pretende é que ele venha neste período, em julho, para dar mais tempo para o estabelecimento de algumas articulações, necessárias, quer com os pais quer com os agrupamentos, resultando na diminuição da complexidade dos anexos. Por outro lado, continuou, também se pretendeu incluir, desde já, aquilo que são as responsabilidades municipais, no âmbito da ação social escolar, resultantes do contrato de educação e formação municipal, tendo a consciência que parte destas tarefas, em termos de ação social escolar,

continuarão a ser diretamente executadas pelos agrupamentos, pelo menos durante este primeiro período. Relativamente às refeições escolares do 1º ciclo, informou que, fruto da entrada em vigor do novo contrato de fornecimento de refeições, a partir de janeiro, poderá passar a ser fornecido, também, um reforço da manhã e lanche às crianças que assim o desejarem, com custos de acordo com os escalões de ação social, contribuindo para um maior equilíbrio alimentar. Preciso ainda que, de acordo com discussão havida com os agrupamentos de escolas, as crianças com necessidades educativas especiais, integradas no escalão C da ação social escolar, terão direito, também, a refeições gratuitas, desde que integradas em medidas educativas de currículo específico e individual, alínea e) do número 2 do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, o que, não sendo uma obrigação legal, constitui uma discriminação positiva que a Câmara entendeu fazer. Em relação ao transporte escolar, referiu que, a lei, embora já defina que a escolaridade obrigatória vai até ao 12º ano, apenas estabelece a obrigatoriedade da comparticipação até ao 3º ciclo do ensino básico, sendo que, a Câmara de Cascais, alarga aos alunos do ensino secundário, matriculados na escola do local da residência ou aos alunos que foram transferido compulsivamente por falta de vaga e oferta de curso, a comparticipação, em 50% dos custos, do título de transporte, enquanto, até ao ano passado, a medida se aplicava apenas aos alunos transferidos compulsivamente por falta de vaga. Terminou dizendo que para além de outras pequenas alterações, sobretudo relacionadas com procedimentos, estas são as medidas que importa salientar.

O Sr. Presidente informou que, com impacto previsível ao nível do transporte e da mobilidade escolar entrou, recentemente, em vigor o novo PDM, que é um dos primeiros a ser renovado, sendo que a maioria deles está com mais de dezoito anos de vigência. O novo PDM representa uma perspetiva estratégica para a intervenção no nosso território e está já, neste momento, em assembleia municipal um programa forte a nível da requalificação e da regeneração urbana com a delimitação das ARU's. O PDM assenta em cinco eixos estratégicos e classifica o território em dez UOPG's, que foi o palavrão que se arranjou para abreviar "unidades operativas de planeamento e gestão", dentro das UOPG's definiram-se ainda cinco SUB-UOPG's, correspondendo a uma análise mais micro. Neste momento, podemos anunciar um conjunto de investimentos com vista ao reforço destas unidades definidas no âmbito do Plano Diretor Municipal. Este plano de investimentos, no que diz respeito ao investimento público municipal, anda na ordem dos sessenta milhões de euros, para os próximos dois anos e meio, portanto, até ao final do mandato autárquico atual. No que respeita à questão da mobilidade no concelho, sendo uma situação que cria um conjunto de disfuncionalidades, até de exclusão social, por não existirem as mesmas oportunidades para todos, a estratégia de mobilidade passa, resumidamente, por quatro grandes vetores: um é o transporte público ferroviário, para resolver o problema da linha de comboios que está obsoleta, no âmbito do PETI 3+ foi possível incluir um investimento direto dos fundos comunitários, da ordem dos 160 milhões de euros, têm havido trabalhos entre as três câmaras e o governo sobre a linha de comboios prevendo-se um investimento total que rondará os 250 milhões de euros e permitir-nos-á ficar com uma linha perfeitamente funcional, com uma boa prestação de serviço e com a

salvaguarda de que, de facto, não acaba, porque neste momento o risco é exatamente esse; outro vetor, é o do transporte público em espaço dedicado, ou sítio próprio, com impacto natural na acessibilidade às escolas, que voltaremos a abordar no futuro, em que, basicamente, se prevê a ligação entre Cascais e Carcavelos, com três grandes linhas a entrar pelo interior do concelho, em que é garantida, como é em espaço dedicado, a prioridade, possibilitando uma cadência regular, sendo essa a grande vantagem do serviço, na medida em que o transporte público é assegurado em intervalos regulares de 5, 6 ou 7 minutos em determinados percursos; o terceiro é o transporte público sem ser em espaço dedicado, o que conhecemos hoje como as carreiras normais, e temos um quarto, era aqui que eu queria chegar, que é a mobilidade suave, na qual temos vindo a trabalhar, onde se incluem as vias para andar a pé ou de bicicleta, estando previsto um investimento, que irá ser em grande parte da Câmara, no que diz respeito às bicicletas, às ciclovias e às pedovias. A prevista, articulação entre estes vetores, continuou, será fundamental para a sua qualidade e sustentabilidade aumentando a procura, os utilizadores, e possibilitando um maior investimento nas infraestruturas e nos serviços de apoio, por exemplo, poderemos imaginar, no nosso concelho, dentro de uns tempos, estações dos comboios, servidas pelo transporte dedicado e com parqueamentos e estruturas de apoio à mobilidade suave. As escolas constituem uma prioridade no nosso conceito de mobilidade suave, ou seja, serão as escolas e os grandes equipamentos públicos, de grande afluência de público, o alvo de um investimento significativo, que estamos a negociar, disponibilizando vias onde é dada preferência ao andar de bicicleta ou a pé mas, também, a nível de questões como a própria criação e gestão da frota das bicicletas e do seu parqueamento. Teremos pois, de começar a olhar para a promoção da deslocação do aluno, em bicicleta, para a escola, tal como o ministério da educação recentemente anunciou e, nós, já trazemos de trás, agarrado ao próprio planeamento do Plano Diretor Municipal e aos investimentos que se têm vindo a fazer. Hoje não há uma promoção para o aluno ir de bicicleta para a escola porque, nomeadamente, não existem sítios onde deixar as bicicletas, existindo queixas de alguns pais que, inclusivamente, promovem junto dos filhos o uso da bicicleta, em família, aos fins de semana, e gostariam que os filhos pudessem ir de bicicleta para a escola mas não têm local para deixá-la com alguma segurança. Existem um conjunto de fatores que poderão parecer de pormenor mas que fazem toda a diferença. A finalizar referiu ainda que estas medidas serão também importantes para o cumprimento de outro desígnio, também do plano estratégico, do plano diretor municipal, que tem um nome muito feio, que é a descarbonização do concelho, ou seja, emitirmos cada vez menos carbono, mas aí chegaremos a seu tempo, por agora vale a pena irmos pensando porque, de facto, as escolas são dos maiores locais de afluxo de pessoas no concelho.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou a votação a aprovação do Plano de Ação Social e Transporte Escolares tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Antes de dar início ao ponto 5 da ordem de trabalhos o Sr. Presidente informou que se teria de ausentar, por momentos, para receber uma delegação, de professores,

estrangeira e colocou à consideração do conselho a introdução de mais um ponto, diversos, na ordem de trabalhos, para uma troca de impressões sobre as responsabilidades do município no âmbito da delegação de competências e outros assuntos que algum dos conselheiros queira propor.

Ponto 5. O Sr. Vereador, Frederico Pinho de Almeida, substituiu, nos termos do regimento, o Sr. Presidente e colocou à consideração dos senhores conselheiros a designação dos elementos do conselho municipal de educação para integrarem as comissões de acompanhamento no âmbito dos contratos de autonomia de acordo com a portaria nº 265/2012 de 30 de agosto recordando que, no Concelho de Cascais, existem dois agrupamentos, Matilde Rosa Araújo e Frei Gonçalo de Azevedo, com contratos de autonomia assinados com o Ministério da Educação e Ciência e sugerindo que se apresentassem os conselheiros, eventualmente, disponíveis e interessados para assumir essas funções.

O conselheiro José Batalha perguntou qual era a disponibilidade de tempo necessária para o cumprimento das funções.

A conselheira Hélia Rodrigues informou que, enquanto diretora do agrupamento de escolas Matilde Rosa Araújo já tinha realizado uma reunião, onde foi aprovado o regimento e, segundo a sua experiência, implica estar presente em, normalmente, três reuniões por ano no ministério da educação.

O Sr. Vereador leu o artigo 9º da portaria 265/2012 que define a constituição e as competências da comissão, nomeadamente, no seu número 1, refere que a comissão é constituída por um representante da escola designado pelo diretor, um representante da direção geral da administração escolar, um representante da direção geral da educação, um representante da associação de pais e encarregados de educação, por esta designado, um elemento indicado pelo conselho municipal de educação e sempre que existam, um representante de cada uma das outras entidades que participem na celebração do contrato e no número 2, que compete à comissão de acompanhamento supervisionar e acompanhar de forma construtiva e orientadora a concretização do contrato, resolver com carácter vinculativo eventuais dúvidas de interpretação das cláusulas contratuais, emitir parecer sobre o relatório anual de progresso e remeter o parecer e o relatório anual de progresso aos serviços competentes do ministério da educação e ciência.

O conselheiro José Batalha manifestou a sua disponibilidade, tendo em conta também a sua curiosidade em conhecer o funcionamento das escolas com contrato de autonomia, para integrar a comissão.

A conselheira Teresa Lopes sugeriu que, dada a existência de duas comissões e a eventualidade de mais agrupamentos virem a assinar contratos de autonomia, fosse indicado um conselheiro diferente para cada uma das comissões de acompanhamento.

O Sr. Vereador lançou o desafio à conselheira Fernanda Gonçalves, visto dar-se a casualidade de os dois agrupamentos com contrato de autonomia terem sede na freguesia de São Domingos de Rana, para integrar uma das comissões.

A conselheira Fernanda Gonçalves manifestou a sua dificuldade em optar por um dos agrupamentos uma vez que os considera de igual forma e tem gosto em trabalhar com os dois, no entanto, uma vez que tinha que escolher, escolheria o Agrupamento Matilde Rosa Araújo por ter a sede mais próxima da Junta de Freguesia.

O Sr. Vereador colocou a votação a indicação da conselheira Fernanda Gonçalves, representante das freguesias do conselho, e do conselheiro José Batalha, representante das associações de pais e encarregados de educação, respetivamente, para integrarem as comissões de acompanhamento dos contratos de autonomia dos agrupamentos de escolas Matilde Rosa Araújo e Frei Gonçalo de Azevedo tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção.

Ponto 6. O Sr. Vereador informou que a Câmara tem reunido permanentemente, de uma forma muito regular, com os agrupamentos de escolas articulando todas as questões relacionadas com o novo modelo de funcionamento que decorre da assinatura do contrato interadministrativo de educação e formação municipal. Relativamente ao pessoal não docente, apesar de, no âmbito do contrato, apenas se prever a transferência da competência no dia um de janeiro de 2016, a Câmara Municipal de Cascais assumiu essa missão no imediato estando a trabalhar para que no início do ano letivo, logo em setembro, tenhamos um arranque positivo, o mais perfeito possível, na pior das hipóteses, referiu, queremos que seja, pelo menos, um arranque de ano letivo menos trágico, diria mesmo trágico, do que, foram os dois anos letivos anteriores. Para que se tenha uma ideia, continuou, o número total de pessoal não docente necessário para o funcionamento dos agrupamentos de escolas do concelho rondará as 520 pessoas, estando neste momento em falta cerca de 120 assistentes operacionais que estamos a tentar contratar. Por um lado, esclareceu, recorrendo a uma bolsa de recrutamento aberta, decorrente de um concurso anterior, com cerca de 37 candidatos, por outro, e em conjunto com o Centro de Emprego de Cascais, recorrendo aos contratos de emprego e inserção (CEI). Referiu ainda que a Câmara Municipal de Cascais está a fazer todos os esforços para que todos os assistentes operacionais estejam colocados logo no início do ano letivo. Portanto, continuou, cumprir a 100% com o rácio legal, não será fácil, não é um objetivo que possamos, ainda neste momento, dizer que vai ser completamente concretizado, agora aquilo que sabemos e assumimos, obviamente, neste caso, em nome da Câmara Municipal de Cascais, é que, sendo mais fácil deixar tudo na mesma, na esfera do Ministério da Educação, até janeiro do próximo ano, vale a pena correr este risco em prol da melhoria do arranque do ano letivo e da qualidade do serviço educativo. Estamos, reforçou, confiantes que conseguiremos antecipar os timings para a contratação e temos contado para tal, com o empenho dos senhores diretores dos agrupamentos e do Centro de Emprego. Acrescentou ainda que o recurso aos contratos de emprego inserção não é, obviamente, uma solução que se queira

definitiva, como se verifica até pelo recurso à bolsa de recrutamento. Informou também que, recentemente, o Ministério da Educação, respondeu positivamente ao pedido da Câmara para que suportasse os vencimentos, do pessoal não docente, de 1 de setembro a 31 de dezembro, embora a competência ainda não nos pertença, o que se traduz num maior suporte financeiro para a decisão. Como teremos de acionar esta bolsa até dia 17 de julho, a Câmara suportará os vencimentos até dia 1 de setembro, não entrando em maiores detalhes, basicamente, quisemos deixar-vos algum conforto, relativamente ao andamento deste processo, em que ainda estamos a trabalhar e esperamos terminar de forma positiva agradecendo ao IEFP e aos diretores de agrupamento por toda a colaboração neste processo e obviamente ao Prof. João Bento Vitorino e a toda a equipa do departamento de educação.

A conselheira Marisa Nunes informou que foi interpelada por várias pessoas, que estão exatamente nessa bolsa de recrutamento, que se despediram dos seus empregos na ansiedade de serem recrutadas e gostaria de saber alguma coisa sobre o que se vai passar porque estão a ficar muito aflitas e queria descansa-las. É possível que sejam admitidas? Existe mesmo essa possibilidade?

O Sr. Vereador informou que já tinha chegado ao seu conhecimento uma situação de uma pessoa, que teria manifestado a intenção de se despedir junto da empresa onde trabalha. O que aconteceu, referiu, foi que os recursos humanos da Câmara Municipal de Cascais, contataram os, salvo erro, 37 candidatos da bolsa. Continuou esclarecendo que há cerca de dois anos foi lançado um concurso ao qual concorreram diversas pessoas tendo sido contratadas uma parte, em função da classificação nas provas de recrutamento. Assim sendo, o departamento de educação solicitou ao departamento de recursos humanos da Câmara que se contactassem as pessoas que, reunindo condições, não puderam ser admitidas na altura de modo a perceber se, havendo possibilidade de a Câmara avançar para a sua contratação, estariam disponíveis, porque, entretanto, poderiam ter imigrado, arranjado outro trabalho ou até, não estarem já minimamente interessadas. Portanto, foi nesse contacto que eventualmente poderá ter surgido alguma expectativa, o que é natural dadas as circunstâncias atuais no que respeita ao emprego. De qualquer modo, reforçou, procurámos sempre explicar bem às pessoas que estávamos a contactá-las no sentido de ver se estariam disponíveis, o que não significava que fosse haver contratação. Respondendo à questão, continuou, neste momento, existe a probabilidade de contratação mas, não há ainda uma decisão final, portanto, a sugestão para quem está empregado é que não faça rigorosamente nada, aguarde tranquilamente, até ser contactado formalmente para assinar o contrato.

A conselheira Teresa Lopes lembrou que estão por fazer as eleições para os representantes dos professores do ensino secundário e do pré-escolar, havendo dois lugares por preencher no conselho municipal, e solicitou informações sobre o que se está a prever para a realização da semana da educação, dada a possibilidade de não se vir a realizar, até lá, outra reunião do conselho municipal.

O conselheiro João Bento Vitorino informou que o conselho municipal deve reunir no início do ano letivo, como está definido na lei, independentemente disso há, de facto, já algum trabalho sobre o programa da semana da educação pelo que, solicitou permissão ao conselho para a apresentação de um ponto da situação pelo Dr. Pedro Lara. A esse propósito, continuou, após a reunião que tivemos com os agrupamentos de escolas, não nos chegou ainda qualquer proposta sobre o procedimento a seguir na homenagem aos professores pelo que, apenas mantemos a previsão de prestar homenagem aos alunos, na gala de educação.

O Sr. Vereador tomou a palavra para complementar referindo que, como todos se recordarão, no ano passado, tivemos a primeira semana da educação no conselho de cascais que foi uma iniciativa, de acordo com a avaliação global e os feedbacks obtidos, positiva, contribuindo reconhecidamente para a melhoria da educação no concelho de Cascais. Este ano, continuou, estamos a dar sequência ao compromisso, assumido logo na altura, de levar a cabo, todos os anos, a semana da educação. O que pretendemos, referiu, é que os conteúdos e as temáticas a abordar tenham um forte contributo da comunidade escolar, dos agrupamentos de escolas, dos pais e, obviamente, atendendo à sua importância, competência e representatividade, do conselho municipal de educação. Informou ainda que, também na altura, até por desafio lançado pela Dr.^a Teresa Lopes, nos propusemos alargar aos professores e ao pessoal não docente os prémios de mérito e valor que estavam circunscritos aos alunos. É nesse sentido, continuou, que temos vindo a trabalhar, e daí a observação do Dr. João Bento Vitorino, na medida em que é necessário definir, no regulamento, os critérios e procedimentos a seguir para identificar os professores a premiar: Será através do conselho pedagógico? Será por intervenção do conselho geral? Naturalmente, serão os agrupamentos, seja com base no conselho pedagógico ou no conselho geral, de acordo com o que vierem a definir, que deverão indicar-nos os professores que serão distinguidos na gala. O Dr. Pedro Lara é quem está mais diretamente a trabalhar na agenda que, naturalmente, está ainda longe de estar fechada pelo que, neste momento ou mais à frente, se algum dos conselheiros tiver alguma ideia que queira partilhar, será muito bem-vinda, seja de um tema, seja de algum convidado para a semana da educação. Em todo caso nós, mais que não seja, enviaremos um email a todos os conselheiros solicitando o seu contributo que teremos todo o gosto em acolher. A finalizar, informou que no próximo conselho municipal será já apresentado o draft do programa para, também aí, recolher contributos finais de forma a fechar o programa.

O Dr. Pedro Lara informou que está por resolver a questão do regulamento para a seleção dos professores a serem distinguidos. Em relação aos alunos e aos funcionários não se levantaram, até agora, quaisquer questões e mantém-se em vigor o regulamento que permitiu a seleção dos alunos no ano passado, chamando a atenção, às escolas, que se irá, tal como se fez no ano passado, criar um “link”, na página eletrónica da câmara, disponibilizando os formulários para indicação dos nomes dos alunos a premiar por mérito e por valor, sendo que, no caso do mérito, basta a indicação da média e, no caso do valor, é preciso uma justificação das razões que

levam a essa nomeação. Apelou ainda, aos agrupamentos, para que apresentassem mais candidaturas aos prémios de valor, que não tem a ver com os resultados académicos, dado que, no ano passado, a grande maioria dos premiados, nesta categoria, foram indicados por escolas do ensino privado.

O conselheiro David Sousa pediu a palavra para solicitar informações sobre o que se encontra previsto, ou em desenvolvimento, relativamente à construção do Plano Estratégico Educativo Municipal, dado que, muitos dos projetos educativos dos agrupamentos estão, neste momento, de certa maneira, a marinar, à espera dessas orientações estratégicas, previstas no contrato interadministrativo, para poderem avançar e lançou o desafio para que o plano fosse pensado globalmente, de modo a poder ser operacionalizado, em cada agrupamento, de acordo com uma matriz ou metodologia comuns, já que estamos no âmbito do contrato interadministrativo e se está a tentar dar alguma unidade, alguma articulação ao trabalho que se faz em todo o território. Considerou ainda que seria muito útil que também as metodologias que fossem usadas fossem comuns aos diferentes agrupamentos, contribuindo para a recuperação de alguma unidade e aproximação entre aquilo que se faz em cada uma das organizações.

O Sr. Vereador esclareceu que, relativamente ao Plano Estratégico Educativo Municipal, formalmente, ainda não foi despoletado nenhum procedimento, o que está em curso e já foi a reunião de câmara é o processo de revisão da carta educativa que tem sido acompanhado de forma mais direta pelo Dr. Miguel Arrobas que poderá partilhar qual o ponto da situação.

O Dr. Miguel Arrobas informou que a Câmara já iniciou o procedimento para a escolha da entidade que irá elaborar a carta educativa e vai incluir nesse processo a elaboração do projeto educativo municipal pelo que, será a mesma entidade que ficará responsável pelos dois documentos.

O Sr. Vereador complementou dizendo que, após aprovação em reunião de câmara, foram convidadas sete entidades, basicamente, os principais institutos e faculdades que têm experiência na elaboração destes documentos, decorrendo agora o processo para selecionar uma dessas entidades que, como sabemos, deverá ter o trabalho finalizado, no máximo, um ano após a data da assinatura do contrato interadministrativo. Solicitou ainda, ao Dr. João Bento Vitorino, que informasse o conselho sobre o tempo que se prevê até a entidade estar identificada e o início do trabalho com comunidade escolar.

Neste momento retornou o Sr. Presidente.

O Dr. João Bento Vitorino informou que o processo está, neste momento, com a divisão de contratação pública e o que se prevê é que, a partir do próximo dia 17 de julho, as entidades já possam apresentar as suas propostas através da plataforma de contratação, o que deverão fazer até 31 de julho.

O Sr. Presidente recomendou que, caso ainda fosse a tempo, se abordassem, em sede do conselho municipal, os pressupostos a que as entidades terão de obedecer para apresentação das suas propostas. Até porque, referiu, na nossa visão de presidente da Câmara, pretendemos que, quer a carta educativa quer o plano estratégico educativo municipal, tenham uma fortíssima participação, o que, de certa forma responde ao que dizia o conselheiro David Sousa, a propósito do envolvimento da comunidade escolar, a começar pelas próprias escolas. Portanto, continuou, há uma estratégia municipal bem definida, tendo sido por isso que, também, deixámos a carta educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal para a fase posterior ao PDM, estando este terminado, é altura de desenvolver todo um conjunto de outras áreas que lhe estão associadas. Solicitou ainda, aos serviços, que, havendo tempo e não existindo nenhum impedimento legal, dado tratar-se de uma contratação pública, procedessem ao envio do draft, com os parâmetros exigidos para o concurso, aos senhores conselheiros a fim de recolher ainda alguma opinião. Obviamente, esclareceu, numa perspetiva consultiva e assumindo a responsabilidade que cabe ao município na decisão.

O Dr. João Bento informou que, indo de encontro às indicações do Sr. Presidente nas especificações técnicas que foram definidas, para a apresentação das propostas, está expressa a obrigação, da entidade que vier a realizar o trabalho, de apresentar relatórios periódicos ao conselho municipal de educação, cabendo assim, ao Sr. Presidente do Conselho Municipal de Educação, definir quando e como serão apresentados os relatórios.

O Sr. Presidente reforçou a importância de atribuir ao conselho municipal de educação as responsabilidades que lhe cabem ao nível do planeamento estratégico, sendo que estas matérias, sem desvalorizar, naturalmente, todas as outras que passam pelo conselho, são claramente das mais importantes. Por esse motivo é da maior importância a participação do conselho municipal de educação ao longo destes dois processos pelo que solicitou ao Dr. João Bento Vitorino e ao Sr. Vereador com o pelouro da educação, que tivessem em conta que tudo o que vier ao conselho municipal, nunca será a mais.

O conselheiro José Batalha informou o conselho que a Associação de Pais da Ibn Mucana e a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Alcabideche colocaram, ao banco de voluntariado local da Câmara Municipal de Cascais, o desafio de lançar uma grande campanha de recolha de manuais escolares que terá lugar de 17 a 24 de julho no Cascais Shopping entre as 10 da manhã e as 11 da noite devendo todos os agrupamentos que queiram receber livros provenientes dessa recolha enviar a listagem dos manuais que vão ser adotados para o ano letivo 2015/2016. Os livros serão depois distribuídos por todos os agrupamentos que manifestarem esse interesse. Informou ainda que já está em fase de construção a ampliação do refeitório da Ibn Mucana, que é um projeto do orçamento participativo de 2013 e está previsto as obras ficarem concluídas no dia 5 de setembro, estando, a Associação de Pais, a pensar, no fim do mês de setembro ou princípio de outubro fazer um jantar de inauguração oficial desse equipamento. Continuou dizendo que gostaria que todos os

conselheiros pudessem participar nesse jantar, o qual, se aproveitará para fazer a entrega do prémio de excelência e mérito que a associação de pais criou no ano passado e que premeia os cinco melhores alunos de cada ciclo, portanto, 6º ano, 9º ano, 12º e profissionais. O jantar contará também com uma ação musical realizada pelos jovens da Ibn Mucana que têm bandas de música, sendo essa, uma área em que, a Associação, entende que se deverá apostar mais fortemente, dando até continuidade ao que já foi feito na Raul Lino que tem neste momento uma orquestra de percussão tradicional portuguesa. Terminou dizendo que pretendem criar uma orquestra de percussão também na Ibn Mucana e o jantar vai servir ainda para arranjar uns “tostõezinhos” para comprar tambores.

O conselheiro José Loureiro perguntou, dado que passou a integrar o conselho municipal na qualidade de diretor do agrupamento de escolas de São João do Estoril, o que estava previsto relativamente à sua substituição na representação do pessoal docente do ensino secundário.

O Dr. João Bento Vitorino informou que o que está previsto é, tal como da última vez, desenvolver o processo de eleição do representante do ensino secundário e novamente tentar eleger o representante do pré-escolar. Não foi feito agora por ter sido muito curto o espaço de tempo e já estarem terminadas as aulas mas é um processo que vai ter que se iniciar para ver se no próximo conselho municipal será possível ter já o representante.

A conselheira Teresa Lopes informou que o refeitório na Ibn Mucana é uma das obras que ficarão concluídas no início do próximo ano letivo a outra, que considera ainda mais importante sob o ponto de vista simbólico, é a ampliação e construção da ludoteca da escola básica Fernando José dos Santos que é uma obra perfeitamente exemplar do que pode ser a articulação e cooperação entre todos os atores da comunidade escolar com empenhamento voluntário mas também com grande esforço pessoal.

O Sr. Presidente chamou a atenção para o fato de, felizmente, a população do nosso concelho estar bastante empenhada nas questões da cidadania, da participação e do voluntariado, a começar dentro da própria câmara. Recentemente, continuou, detetamos que na própria câmara havia pelo menos três ou quatro unidades orgânicas que também estavam a organizar a recolha de manuais escolares, a par de todas aquelas que existem na própria sociedade, a começar pelas escolas e associações de pais. Atentos a essa realidade, o que estamos a sugerir é que, não prejudicando, não atrapalhando, não sobrepondo, se verifique a possibilidade de desenvolver alguma forma de coordenação, em todo o concelho, sobre esta matéria, até porque, tal permitiria chegar a pontos onde por iniciativa local ou por iniciativa municipal, ainda não se tem conseguido chegar. A Câmara, através do DHS, na área social, está a tentar fazer esta coordenação, primeiro interna e depois também externa, para podermos ter uma cobertura maior.

A terminar, o Sr. Presidente, informou que a Dr.ª Manuela Correia, a quem já agradeceu o empenho nas funções, por iniciativa própria, por razões que manifestou e que são altamente compreensíveis, deixou de exercer o cargo de chefe da divisão de intervenção educativa, estando entretanto em perspetiva, na sequência de uma formação promovida pela Câmara para dirigentes, a colocação a concurso dos lugares de direção existentes. Informou ainda que, até que esse procedimento esteja concluído vamos ter de proceder a algumas nomeações para os lugares que se encontram vagos, como é o caso, pelos motivos enunciados, da chefia da divisão de intervenção educativa, para a qual será indicado o Dr. Pedro Lara, até à abertura do respetivo concurso.

A encerrar os trabalhos o Sr. Presidente convidou os conselheiros a participarem no Festival Internacional de Cultura que está a decorrer em Cascais de 3 a 12 de Julho e que terá, hoje à noite, na Casa das Histórias Paula Rego um debate sobre a Europa com a participação dos Drs. Jaime Nogueira Pinto e Francisco Louça.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi dada por encerrada, tendo sido dela lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros presentes e por mim, Manuel Francisco Freire Galego, que secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal

O Presidente da Assembleia
Municipal

O Vereador com o pelouro da Educação

Presidente da Junta de Freguesia de
São Domingos de Rana

Representante do Ministério da Educação e
Ciência

Diretora do Agrupamento de Escolas da Alapraia

Diretor do Agrupamento de Escolas de
Alcabideche

Diretor do Agrupamento de Escolas de Alvide

Diretor do Agrupamento de Escolas de
Carcavelos

Diretora Interina do Agrupamento de Escolas de
Cascais

Diretor do Agrupamento de Escolas da Cidadela

Diretor do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo
de Azevedo

Diretora do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana

Diretora do Agrupamento de Escolas Matilde
Rosa Araújo

Diretor do Agrupamento de Escolas de Parede

Diretor do Agrupamento de Escolas de São João
do Estoril

Diretor da Escola Salesiana de Manique

O representante das instituições de
ensino superior público

O representante das instituições de ensino
superior privado

O representante do pessoal docente
do ensino secundário público

O representante do pessoal docente do
ensino básico público

O representante dos
estabelecimentos de educação e de
ensino básico e secundário privados

Os representantes das associações de pais e
encarregados de educação

O representante das associações de
estudantes

O representante das instituições particulares
de solidariedade social que desenvolvem
atividade na área da educação

O representante dos serviços
públicos de saúde



CÂMARA MUNICIPAL

O representante dos serviços de segurança social

O representante do Centro de Emprego e Formação Profissional

O representante dos serviços públicos da área da juventude e desporto

O representante das forças de segurança

O Secretário
